

A EVOLUÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL ATRAVÉS DE UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

HENRIQUE MARTIM DE MOURA¹; SAMANTA RIBEIRO DE ARAÚJO²; LUIS ANTÔNIO DOS SANTOS FRANZ³; DOUGLAS DE CASTRO BROMBILLA⁴; CLARISSA CALDERIPE MONTELLI⁵; ISABELA FERNANDES ANDRADE⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – henrique.mdemoura@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – saah.ar.ribeiro@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – luizfranz@gmail.com*

⁴*Instituto Federal do Rio Grande do Sul-Rio Grande-douglasbrombilla@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas-cissacal@yahoo.com.br*

⁶*Universidade Federal de Pelotas-acessiarq@gmail.com*

1. APRESENTAÇÃO

É notório o crescimento das pesquisas e projetos voltados ao tema relacionado à acessibilidade nos últimos anos, devido à importância e necessidade de debate que o assunto gera. Dischinger e Ely (2012) ressaltam que há um grande número de brasileiros que enfrentam diariamente obstáculos ou barreiras para obter informações, deslocar-se e utilizar equipamentos. A acessibilidade respeito a todas as pessoas, e não apenas aquelas com deficiência, e está relacionada à condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização do espaço, mobiliário, equipamento e elementos, com segurança e autonomia.

Silva e Nunes (2011) argumentam que a extensão universitária é uma interação que deve existir entre a universidade e a comunidade a qual ela está inserida. No ano de 2015, foi criado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Acessibilidade (NEPEA), que tem como um de seus objetivos a extensão universitária, através da promoção de cursos, eventos, prestação de serviços, publicações dentre outras formas. O NEPEA conta atualmente com a participação de cinco docentes, de formação multidisciplinar, e seis discentes, que buscam fomentar o tópico acessibilidade na UFPel e além dela.

O presente trabalho tem por finalidade demonstrar uma pesquisa bibliográfica referente a evolução da acessibilidade no Brasil, através de leis, decretos e modificações na utilização do termo acessibilidade. Esta pesquisa é resultado de uma das atividades realizadas pelo NEPEA para a construção do website.

2. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa bibliográfica é de extrema importância na produção do conhecimento e tem seu desenvolvimento com base em material já elaborado. O trabalho de Sasso e Mioto (2007) é elucidativo ao afirmar que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, onde deve-se sempre estar atento ao objeto de estudo.

Gil (2002) pondera que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato do investigador realizar uma cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu na procura pelo tema acessibilidade e sua evolução em livros, periódicos científicos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de cursos, além de anais de eventos científicos.

A pesquisa bibliográfica desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Para a realização do trabalho, utilizou-se o roteiro definido por Gil (2002) que classifica as etapas da pesquisa bibliográfica em escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório do assunto; busca de fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto e redação do texto.

O intuito deste trabalho foi inserir os discentes ingressantes do NEPEA ao principal tema de pesquisa, ensino e extensão do núcleo, a acessibilidade. Em um primeiro momento, o corpo docente recomendou a leitura de um material bibliográfico aos discentes ingressantes, para buscarem um primeiro contato com o tema, material este que também foi de extrema valia no que tange ao levantamento bibliográfico preliminar da pesquisa. Em seguida definiu-se a área de investigação dentro do grande tema, que ficou estabelecida como a evolução da acessibilidade no decorrer nos anos, com enfoque voltado às legislações nacionais.

3. RESULTADOS

Através de pesquisa bibliográfica realizada percebeu-se que o tema acessibilidade vem recebendo reconhecimento no decorrer das décadas. Teve seu início datado na década de 1960 no âmbito mundial e, posteriormente, no Brasil, com uma discussão maior duas décadas depois.

Mazzoni et al (2001) afirmam que a acessibilidade tem origem datada do início da década de 60, quando surge na arquitetura o conceito de projetos livres de barreiras nos Estados Unidos da América e na Europa.

A discussão dos projetos livres de barreiras para pessoas com deficiências foi o embrião de grandes transformações no debate ao tema, que adquiriu aspecto global anos depois. O trabalho de França e Pagliuca (2002) nos ajuda a compreender este fenômeno, tendo em vista que a acessibilidade ganhou fôlego a partir da década de 80, mais precisamente em 1981, com a instituição do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência pela Organizações das Nações Unidas-ONU.

Em sua dissertação, Moraes (2007) relata que foi a partir da década de 80 que várias ações em prol da acessibilidade, do ponto de vista jurídico e normativo, são visíveis. No Brasil, o autor aponta que em 1985 foi promulgada a primeira versão da NBR 9050.

Na década de 90, duas normas brasileiras de regulamentação foram implementadas visando a acessibilidade, com enfoque voltado aos transportes. A NBR-14273/1999 refere-se à acessibilidade da pessoa com deficiência no transporte aéreo comercial, e a NBR-14022/1997 refere-se à acessibilidade da pessoa com deficiência em ônibus para atendimento urbano e municipal. Em 1993 a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) instaurou uma comissão de estudos visando discutir aspectos relacionados à acessibilidade e, posteriormente, chegou-se a criação da NBR-9050 em parceria com o governo do Estado de São Paulo. No ano seguinte foi atualizado e ampliado o alcance da NBR-9050 (2004).

O grande avanço jurídico e normativo teve seu início na virada do milênio, onde foram promulgadas duas leis, a Lei Nº 10048 (2000) e a Lei Nº 10098 (2000). A Lei Nº 10048 deu prioridade de atendimento às pessoas com deficiência. A Lei Nº

10098 foi além; de acordo com Silva (2014), esta lei estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade, visando a supressão de barreiras e obstáculos nos espaços público

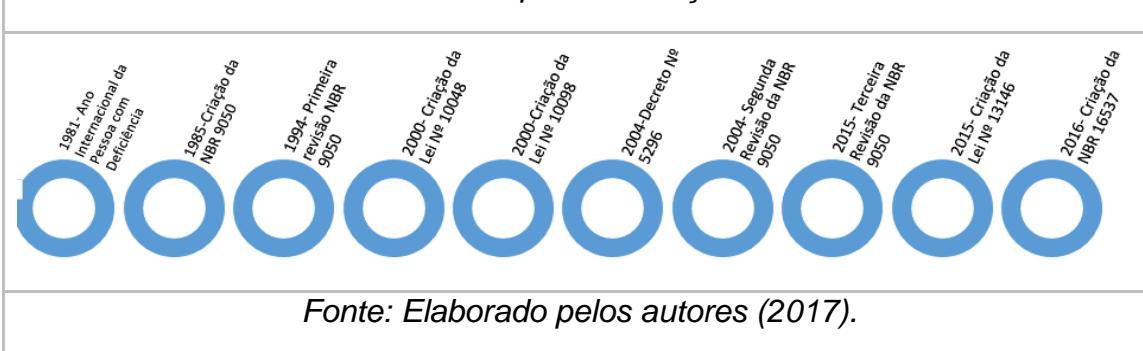
No decorrer da década, o ano de 2004 foi de extrema relevância, onde a NBR 9050 foi revisada. Moraes (2007) relata que esta norma passa a tratar a acessibilidade no espaço construído e pretende garantir que todas as pessoas possam se orientar e deslocar-se facilmente em um ambiente. Ainda no ano de 2004 é regulamento o Decreto Nº 5296, que estabeleceu prazo de implementação dos parâmetros de acessibilidade contido nas leis 10.048 (2000), 10.098 (2000) e NBR 9050 (2004) de 30 meses para edificações públicas e 48 meses para edificações de uso coletivo. Percebe-se que tais prazos expiraram e, em sua grande maioria, as intervenções necessárias à adequação aos parâmetros técnicos estabelecidos pela legislação não foram cumpridos. Conforme Freire, Castro e Fortes (2009), esse decreto também estabeleceu de acordo com a primeira determinação por vias legais da observância de questões de acessibilidade em portais e sites governamentais.

Em 2015, a NBR-9050 passou por uma nova revisão. Esta nova versão passou a ter um enfoque distinto da anterior, considerando as diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente. O nível de detalhamento da norma aumentou consideravelmente.

Também no ano de 2015, foi instituída a Lei Nº 13146, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, buscando assegurar e promover em condições de igualdade a inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência. Mais recentemente, houve a criação NBR Nº 16537 (2016), uma norma que trata especificamente dos pisos táteis.

Esta cronologia da evolução da acessibilidade no Brasil, teve como resultado a criação de uma aba no website do NEPEA. A linha do tempo foi construída com o material coletado nesta pesquisa bibliográfica pelos ingressantes do núcleo (Figura 1).

FIGURA 1 - Linha do tempo da evolução da acessibilidade.



4. AVALIAÇÃO

É necessário ressaltar que o Brasil avançou muito no que tange a acessibilidade. A pesquisa bibliográfica mostrou-se uma maneira eficiente de integrar os alunos do NEPEA no assunto acerca da acessibilidade, cumprindo de maneira satisfatória seu principal objetivo. A pesquisa possibilitou a criação de uma aba no site do NEPEA, que trata da evolução da acessibilidade, cumprindo desta maneira com uma das premissas da extensão universitária, que é a troca de saberes entre a universidade e a sociedade, que ocorre através da interação da sociedade com o NEPEA por meio de seu site.

Como posterior desdobramento, cabe destacar que o material coletado da pesquisa bibliográfica deste trabalho será utilizado com futuros ingressantes do NEPEA. O material também será utilizado em cursos, eventos e serviços prestados pelo NEPEA, sempre com o intuito de desenvolver e estimular a atividade extensionista do núcleo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DISCHINGER, M.; ELY, V.H.M.B. Promovendo a acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012. 161p.
- FRANÇA, I.S.X; PAGLIUCA, L.M.F. Ditos e não-ditos sobre a integração social das pessoas com deficiência. **Northeast Network Nursing Journal**, v. 3, n. 1, 2002.
- Freire, A.P; CASTRO, M; FORTES, R.P.M. Acessibilidade dos sítios web dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007. **Revista de Administração Pública RAP**, v. 43, n. 2, 2009.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002
- MAZZONI, A.A et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, v.30, n.2, p. 29-34, 2001.
- MORAES, M.C. **Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050**. Florianópolis, 26 de junho de 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação, UFSC, 2007.
- NUNES, A.L.P.F; SILVA, M.B.C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.
- SASSO, T.C; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, 2007.
- SILVA, J.S.S. **Acessibilidade, barreiras e superação: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior**. João Pessoa, 22 de julho de 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação, UFPB, 2014.